

José Eduardo Reis

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

O mar visto da terra aqui à nossa volta

As escalas são incomensuráveis, as modalidades de conhecimento são discretas, mas, no plano relativo da noção histórica e culturalmente determinada do espaço longínquo, intangível e infinito, é possível reconhecer uma comum profusão: de ilhas e arquipélagos, para a geografia imaginária do ocidente antigo e medieval, de estrelas e galáxias, para a cosmologia científica do universo observável. Mas também de uma comum imensidão: a do ignoto “Mar Oceano” ou “Mar Tenebroso”, a do inapreensível espaço intergaláctico ou vazio interestelar. E ainda de uma comum hipótese: a da existência nesses sítios de outras fantásticas ou simplesmente possíveis formas de vida. Observando a advertência de Barthes, o paralelismo que aqui traçamos entre ilhas e corpos celestes não tem por agente o demónio da analogia: nos quadros de representação – míticos, científicos, literários, artísticos, contemplativos – do mundo e do universo há limites de inteligibilidade e de verificação material que activam, com crescente grau de aproximação à verdade fenomenológica, o potencial das faculdades humanas da imaginação e do pensamento simbólico, da razão e do pensamento hipotético-dedutivo, da consciência silenciosa e do reconhecimento místico. Diante do vasto espaço marítimo atlântico e das imprecisas ou difusas informações sobre a geografia do mundo oriental, talvez mesmo por efeito de mimese da observação da abóbada celeste, propendeu o imaginário antigo e medieval a conceber ilhas imaginárias, quer no *Oceanus Occidentalis*, quer no *Oceanus Orientalis*, de facto tidos como um só oceano, segundo a lição dos dois mais notáveis geógrafos da antiguidade, Eratóstenes (276 a.C. – 194 a. C.) e Estrabão (63 a.C. ou 64 a.C. – cerca 24 d.C.).

Ptolomeu (87-151) e os seus comentadores, por seu lado, referiram a existência de vinte e sete mil ilhas nesse oceano uno, número este mesmo assim superior às vinte cinco mil ilhas computadas por Sir Jonh Mandeville (segunda metade do século XIV) no seu célebre livro de relatos de viagens aos confins do mundo oriental.¹ Este número abundante de lugares isolados, mas comunicáveis, pela imensidão envolvente do mar, com características morfo-geológicas, morfo-botânicas e morfo-biológicas exóticas, habitados por raças antropóides com traços de coabitação social pré-lapseriano ou civilizacional de tipo maravilhoso, é um testemunho evidente do temor gerado pelo mistério, da especulação face ao desconhecido, do assombro diante da grandeza do espaço inexplorado. Número abundante de ilhas desconhecidas, determinado por um sentimento de infinitude, que tem nexos de correspondência com os números astronómicos associados ao cálculo dos corpos celestes que constituem o universo e que fornecem a medida do desconhecimento contemporâneo da realidade cósmica – um enigma visível cuja grandeza e complexidade não é congruente, senão por via matemática-conceptual ou imaginária-especulativa, com os limites perceptivos da inteligência humana. Calculam os astrofísicos que o universo passível de ser observado contém cem mil milhões de galáxias, cada uma delas contendo mil milhões de estrelas, em torno das quais, e partindo do princípio que a sua respectiva força gravitacional e a sua actividade nuclear é configuradora de uma estrutura planetária idêntica ao sistema solar, giraria um inapreensível cômputo de cem mil milhares de milhões de biliões de planetas.² A noção de um universo infinito e dinâmico³, recamado de corpos celestes descontínuos e situados num espaço sideral, uno e interdependente, processada pela cosmologia

¹ Cf. José Adriano F. de Carvalho, “Os Registos da Memória ou as Ilhas de Papel”, José Adriano F. de Carvalho, Luís Adão da Fonseca (eds.), *Do Imaginário do Atlântico ao Atlântico Imaginado* (Porto: Banco Português do Atlântico, Vol. I, 1993), p. 172.

² Cf. Matthieu Ricard; Trinh Xuan Thuan, *O Infinito na Palma da Mão: Budismo, Ciência e Salvação* (Trad. José A. Pereira Neto, Lisboa: Editorial Notícias, 2000), p. 91.

³ “O universo é vasto (pensa-se que tem um raio de cerca de quinze mil milhões de anos-luz) porque nunca parou de crescer no decurso do tempo.” *ibidem*, p. 55.

contemporânea a partir de dados de observação, mais ou menos fiáveis, recolhidos no planeta Terra, não deixa de ter a sua correspondência com a noção de um orbe terrestre cercado por um único e imenso mar, unindo uma infinidade de ilhas misteriosas, composta pela cosmografia antiga e medieval, a partir de difusos e fantasiosos dados geográficos processados pelas civilizações europeias e mediterrânicas. Não sendo obviamente isomorfas, ambas as noções representam, em extensão e em quantidade, duas ideias comuns e interrelacionáveis: a da intangibilidade do desconhecido sob a figura de um fundo contínuo (o espaço celeste/ o mar terrestre), unindo a infinidade tanto dos corpos siderais como das ilhas marítimas.

Mas o imaginário insular e a propensão em assinalar descontinuidades territoriais discretas no espaço uno e contínuo conhecem outras formulações expressivas. Assim, por exemplo, as reconstruções cartográficas elaboradas a partir das descrições do orbe terrestre feitas pelos já citados geógrafos da antiguidade Eratóstenes e Estrabão representam a Europa, a África e a Ásia ocupando o centro do mundo como se o seu conjunto configurasse uma ilha ou arquipélago recortada por braços de água e mares interiores. Por seu turno, no seu tratado *De Situ Orbis* (43 d.C), Pomponius Mela (? – 50 d.C.), “uma das principais fontes do pensamento geográfico até adiantado o século XVI,”⁴ considerará que a terra “está rodeada pelo mar por todos os lados.”⁵ Esta ideia reverberará no livro XIII das *Etimologias* (*Originum sive Etimologiarum libri XX*) de Santo Isidoro de Sevilha (560-636) onde se lê que “Gregos e Latinos chamam assim ao oceano porque, a modos de um círculo, cerca o orbe da terra, ou talvez, porque deriva de *celeritas*, isto é, que corre a grande velocidade,”⁶ e tem a sua glosa na lição do Venerable Bede (c. 672 ou 673 – 735), quando este afirma que a terra “é um elemento colocado no meio do mundo: está no meio dele como a gema está no meio do ovo; à volta desta encontra-se a água, como à volta da gema está a

⁴ Luís Adão da Fonseca, “O Atlântico do Fantástico e do Maravilhoso”, *Do Imaginário do Atlântico ao Atlântico Imaginado*, *op. cit.*, p. 19.

⁵ *Ibidem*.

⁶ Santo Isidoro de Sevilha, “Etimologias”, *Apud*, *Do imaginário do Atlântico ao Atlântico Imaginado*, *op. cit.*, p. 49.

clara.”⁷ A analogia da superfície terrestre com a forma e a estrutura de um ovo adequava-se, aliás, à concepção cosmológica medieval do *mundus* ou universo finito, encerrado numa casca, constituído por esferas celestes concêntricamente ordenadas e movendo-se em torno da Terra. Esta ostentaria, portanto, a forma de uma ilha central e circular num universo esférico e impregnado pelo éter. Figurada como uma ilha num mar de éter, a Terra foi, portanto, também representada como uma gema circundada pela substância albuminosa da clara. A imagem do *mundus* /universo comparado a um ovo conheceu uma larga fortuna na cosmologia medieval, de raiz aristotélica-ptolemaica, difundida pelas *Etimologias* de Isidoro de Sevilha. Num texto de um autor castelhano anónimo do século XIII, *Semeiança del mundo*, de que existe uma versão manuscrita na Biblioteca Nacional de Lisboa (ms.46), inspirado do *Liber Mapa Mundi* de Santo Isidoro, lê-se: “Mundus atanto quiere dezir de toda parte mouido, por razon que se mueue; e la semeiança del mundo es em semeiança de pella et es em semeiança de ovo.”⁸ Os famosos mapas medievais de tipo T/O, inspirados ainda num *mappamundi* inserido nas *Etymologiarum* de Isidoro de Sevilha, constituem a melhor expressão iconográfica desta concepção insular da superfície terrestre. Muitos deles representam-na como um círculo em que se inscreve a forma de um T constituído pelo mar mediterrânico (traço vertical) e pela confluência dos rios Don e Nilo (traço superior horizontal). Entre a superfície circular dos três continentes conhecidos e os limites do orbe situar-se-ia a cercadura do oceano em forma de anel perfeito.⁹

⁷ Apud, Luís Adão da Fonseca, “O Atlântico do Fantástico e do Maravilhoso”, *Do imaginário do Atlântico ao Atlântico Imaginado*, op. cit., pp. 19-20.

⁸ William, Bull E.; Williams, Harry F. Williams (eds.), *Semeiança del mundo: A Medieval Description of the World* (Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1959), p. 52. A analogia continua nos seguintes termos: “et assi como el uevo es cercado de cassco, e de dentro acerca del cassco es encerrada la albura, desi acerca del abura es la gema e e[n] medio de la iema es otro poco, asi como gota de sangre quaiada. Otrossi el mundo a essa semeiança: es cercado de toda parte del cielo e... es encerrado purus ether, que es aquel elemento que nos llamamos fuego, assi como la albura es acerca del cassco; desende el ayre acerca del fuego segundo que es la gema acerca de la albura; desende es cercada la tierra del ayre, assi como la gota es uermida en medio de la gema”, *ibidem*.

⁹ Cerca de quarenta mapas T/O, acompanhados das correspondentes monografias,

A mesma orla circular, em cor azul e contrastante em relação ao azul dos oceanos, persiste – obviamente por razões de ordem estética, mas como que a confirmar o poder sugestivo e simbólico de uma redonda cercadura marítima – na definição do planeta Terra, tal como este surge representado pelo globo virtual *Google Earth*.¹⁰ Ao se aceder a este programa, e após alguns segundos de espera para o estabelecimento da ligação com a fonte electrónica que permite o seu descarregamento no computador, deparamos com o aparecimento *ex nihilo*, e em posição central sobre um fundo negro pontilhado de corpos celestes, de um globo terrestre que se expande até ocupar tangencialmente a janela em que está alojado. A centralidade, colorida e contrastante da imagem em relação ao seu fundo não pode deixar de evocar o poder simbolicamente sugestivo das antigas representações cartográficas medievais de um orbe perfeito situado como uma ínsula dominante num mar (de éter) polvilhado por uma miríade de ínsulas. A matéria sólida terrestre (o planeta Terra) tomando forma a partir do fundo espacial interestelar, qual ilha elevando-se na imensa superfície oceânica, não pode, por outro lado, deixar também de sugerir a imagem arquetípica associada às cosmogonias aquáticas que atribuem a origem do mundo e até o aparecimento da espécie humana (hilogénias) ao princípio indiferenciado das águas, “a substância primordial de que nascem todas as formas.”¹¹ Correspondendo a uma noite cósmica, as águas primordiais, segundo estas cosmogonias, cobrem os abismos donde pode ser retirada, por ínfima e granular que seja, a matéria sólida que dará origem à Terra. Os relatos míticos da génese do universo, da terra e da vida a partir das águas, delas emergindo e delas se diferenciando como efeito de uma iniciativa protagonizada por um ser divino ou herói empreendedor, conhecem um grande número de variantes e registam-

podem ser visualizados no seguinte sítio: <http://www.henry-davis.com/MAPS/EMwebpages/EML.html>

¹⁰ Referimo-nos ao programa fornecido pelo motor de busca *google*, que pode ser gratuitamente descarregado no computador, e que permite aceder, por via de imagens satélite e de fotografias aéreas, a mapas, por vezes a três dimensões, do globo inteiro. V. <http://earth.google.com/>

¹¹ Mircea Eliade, *Tratado da História das Religiões* (Trad. Natália Nunes e Fernando Tomaz, Lisboa: Edições Cosmos, 1977), p. 231.

-se em inúmeras latitudes e contextos histórico-culturais. Como, por exemplo, na mitologia hindu, em que *Vishnu*, após reencarnar-se pela terceira vez, mergulha “até ao fundo das águas primordiais e tira a Terra do abismo.”¹² Ou na cosmogonia babilónica, tal como esta foi veiculada no poema da criação *Enuma Elish*, e em que o caos aquático surge duplamente personificado, por Apsû, o oceano de água doce sobre o qual virá a flutuar a Terra, e por Tiamat, o mar salgado em que habitam seres monstruosos.¹³ Ou ainda, para fornecermos um exemplo que ilustra que as águas “desempenham a mesma função qualquer que seja a estrutura dos conjuntos culturais nos quais se encontram”, ou seja, que “elas precedem qualquer forma e suportam qualquer criação,”¹⁴ no mito da criação por iniciativa de um mergulhador, tal como sucede na narrativa cosmogónica dos índios Maidus da Califórnia:

No princípio não havia sol, nem lua, nem estrelas. Tudo estava escuro e não havia senão água por toda a parte. Flutuando sobre a água chegou uma jangada. Vinha do norte, e nela estavam duas pessoas, Tartaruga (A'noshma) e Pai da Sociedade Secreta (Pehe'ipe). A corrente era muito rápida. Caiu então do céu uma corda de plumas chamada Po'kema e por ela desceu o Iniciado da Terra. [...] Disse então a tartaruga: «Irmão, não me podias fazer um pouco de terra seca para eu poder sair uma vez ou outra?» [...] Respondeu o Iniciado da Terra «Tu queres um pouco de terra seca. Bem, aonde te vou buscar a terra para a fazer?». A Tartaruga respondeu «se prenderes uma corda à minha pata direita, mergulharei para a ir buscar». [...] A Tartaruga esteve fora durante muito tempo, durante seis anos. [...] Quando subiu à superfície da água, trazia apenas um bocadinho de terra sob as unhas. Iniciado da Terra [...] raspou cuidadosamente a terra sob as unhas da Tartaruga. Pôs a terra na palma da sua mão e amassou-a até que formou uma bola redonda. [...]. Colocou-a na popa da jangada. Olhou para ela uma

¹² *Ibidem*, p. 234.

¹³ *Ibidem*, p. 235. Os primeiros versos do poema babilónico da criação falam da dupla personificação do oceano primordial como fonte de vida: “Quando lá no alto os céus ainda não tinham nome / Quando cá em baixo a Terra ainda não tinha nome / E que o primordial Apsû, que os gerou, / E que Mummu, eTiamat, mãe de todos / Confundiam todas as águas”, *ibidem*.

¹⁴ *Ibidem*, p. 232.

primeira e uma segunda vez, mas ela não crescia. À terceira vez que olhou para ela, ela tinha crescido a ponto de a poder cingir com os braços. À quarta vez ela estava já tão grande como o mundo, a jangada estava encaçada e em redor havia montanhas a perder de vista.¹⁵ (Tradução nossa)

No contexto da tradição cultural judaico-cristã, o princípio da criação divina do universo é também narrado por recurso ao simbolismo das águas primordiais – “A terra era informe e vazia. As trevas cobriam o abismo, e o Espírito de Deus movia-se sobre a superfície das águas (Gênesis, 1: 2)¹⁶ – e é delas que, por efeito de uma transcendente vontade diferenciadora e modeladora, surgirá a terra: “Deus disse: «Reúnam-se as águas que estão debaixo dos céus num único lugar, a fim de aparecer a terra seca». E assim aconteceu. Deus à parte sólida chamou terra, e, mar, ao conjunto das águas”. (Gênesis, 1:9-10).¹⁷

Estes exemplos de cosmogonias aquáticas que têm por suporte de explicação referentes que pertencem à esfera do conhecimento material, que recorrem à simbolização de actos empreendedores divinos ou demiúrgicos que operam sobre elementos naturais do mundo representável, reportam-se tanto à criação da Terra como à do cosmos. Nos exemplos citados, o acto genesíaco caracteriza-se por ser um acto de configuração, de recorte diferenciador em relação a um fundo indiferenciado, de modelagem a partir do vazio, de insularização num mar sem limites. É assim compreensível que para o imaginário religioso a ilha figure “um mundo em redução, uma imagem do cosmos, completa e perfeita, porque ela apresenta um valor sacral concentrado,”¹⁸ e que, por consequência, a literatura de incidência espiritual dê conta de inúmeras variações da demanda e permanência nesses lugares, que, como todos os lugares electivos ou paradisiacos, são apenas visitáveis por superação

¹⁵ R. B. Dixon, “Maidu Myths”, Mircea Eliade (ed.), *Historia de las Creencias y de las Ideas Religiosas. Las Religiones en sus Textos* (Trad. J. Valiente Malla, Madrid: Ediciones Cristiandad, 1978), pp. 100-101.

¹⁶ *Bíblia Sagrada* (Lisboa: Difusora Bíblica, Missionários Capuchinhos, 1978), pp. 17.

¹⁷ *Ibidem*.

¹⁸ Jean Chevalier, Alain Gheerbrant, *Dictionnaire des Symboles* (Paris: Éditions Robert Laffont et Édition Jupiter, 1988), p. 519. (Tradução nossa).

de provas e obstáculos, muitas vezes situados em ínsulas infernais, de valor simbólico simetricamente contrário ou negativo relativamente a qualquer desígnio de ascese ou transcendência ontológica.

No espaço da cultura europeia, é representativa desta tradição literária da viagem marítima com o valor de peregrinação espiritual – *peregrinatio pro amore dei* –, a famosa Navegação de S. Brandão (*Navigatio Sancti Brendani*), obra do cristianismo irlandês, tingida por crenças e pela sensibilidade religiosa celta, redigida no séc. IX, e que conheceu uma larga difusão durante a Idade Média, a ponto de se constituir mesmo numa referência magnetizadora dos descobrimentos marítimos. Isso mesmo se pode depreender, por exemplo, pela alusão que é feita por Gomes Eanes de Zurara a S. Brandão, quando no capítulo VII da *Crónica de Guiné* enumera as razões que determinaram o infante D. Henrique a demandar a costa ocidental africana para além do cabo Bojador,¹⁹ ou também por o nome do santo ter sido utilizado como epónimo de uma ilha que Cristóvão Colombo cria existir,²⁰ e que surge identificada, por assimilação com outras ilhas reais ou em posição geográfica imaginária, em representações cartográficas que se sucederam do século XIII ao séc. XIX.²¹ Segundo o relato da viagem de S. Brandão, de que se conhecem três versões nas fontes medievais portuguesas,²² tanto o santo como os religiosos que o precederam naquela descoberta, Mernoc e Barinto, tiveram de demandar várias ilhas, incluindo uma infernal, antes de alcançarem a derradeira ilha do paraíso. Não cabe aqui procedermos a uma análise dessa viagem, que configura uma peregrinação de tipo iniciático e místico,²³ de transcendência e dissolução

¹⁹ Gomes Eanes Zurara, *Crónica de Guiné* (Ed. segundo o Ms de Paris, de José de Bragança, Barcelos: Civilização, 1973), p. 43.

²⁰ Cf. Aires de Nascimento, “Introdução” *Navegação de S. Brandão nas Fontes Medievais Portuguesas* (Lisboa: Colibri, 1998), p. 63.

²¹ V. a exposição que é feita por Aires de Nascimento dos registos da ilha imaginária de S. Brandão no estudo introdutório que acompanha a sua edição crítica da *Navegação de S. Brandão*, pp. 54-56.

²² São duas as versões, do século XII e XIII, recolhidas no convento de Santa Cruz de Coimbra, e uma do século XIII, a que reproduz a lição de Benedeit, do século XIII.

²³ Cf. Paulo Borges, “Viagem Iniciática, Des.(En)cobrimto, U-topia e Milenarismo” (*Communio. Revista Internacional Católica*, Ano XVI, nº 6, 1999), pp. 534-546.

da identidade do sujeito na plenitude da existência divina. Destaquemos apenas que a diversidade insular mencionada no percurso náutico de Brandão é demonstrativa da variedade dos processos de simbolização do espaço-ilha, cada um deles definido por um atributo dominante, correspondente ao desempenho de uma função narrativa específica no progresso da história da viagem. Há uma ilha deserta, “muito pedregosa e escarpada,”²⁴ outra de ovelhas “tão alvas e grandes como vacas,”²⁵ uma outra de aves “de grande brancura,”²⁶ que voavam em torno de uma grande árvore; há uma ilha de “três coros de pessoas,” de crianças vestidas de branco, de jovens trajando vestes de “cor de jacinto” e de adultos com “dalmáticas cor de púrpura,” que, em conjunto, entoavam o cântico “Irão de virtude em virtude e o Deus dos deuses será visto em Sião;”²⁷ há também uma ilha em que as uvas, “a refeição – diz o santo – que Deus nos mandou,”²⁸ têm o tamanho de maçãs; há uma outra, “pejada de forjas,”²⁹ que era habitada pelos ferreiros do inferno, e há a ilha “que apareceu a arder, como se fosse um globo,”³⁰ e que configurava o lugar do inferno de cor “semelhante a carvão;”³¹ há, por fim, a ilha do eremita “pequena e de forma redonda,”³² que precede a do paraíso, “terra espaçosa e coberta de árvores de fruto.”³³ Se a estas acrescentarmos a “ilha das delícias” – da qual parte e a que regressa S. Brandão, depois de ter visitado parcialmente o paraíso³⁴ – e a ilha-

²⁴ *Navegação de S. Brandão nas Fontes Medievais Portuguesas, op. cit., p. 87.* Para efeitos de ilustração do nosso juízo, utilizámos a versão traduzida por Aires de Nascimento dos manuscritos de Santa Cruz de Coimbra da *Navigatio*.

²⁵ *Ibidem*, p. 89.

²⁶ *Ibidem*, p. 91.

²⁷ *Ibidem*, p. 101.

²⁸ *Ibidem*.

²⁹ *Ibidem*, p. 105.

³⁰ *Ibidem*.

³¹ *Ibidem*, p. 107.

³² *Ibidem*, p. 111.

³³ *Ibidem*, p. 115.

³⁴ O paraíso é parcialmente visitado por S. Brandão, uma vez que, e no que pode ser entendido como uma impossibilidade física de penetrar no paraíso escatológico *post mortem*, lhe foi vedada a possibilidade de prosseguir a sua caminhada além do rio que corria a meio da ilha.

-cetáceo, a baleia Iascónio, que “deslizava pelo oceano,”³⁵ podemos afirmar que acedemos a uma espécie de catálogo de possibilidades morfo-insulares, a um inventário topológico de lugares discretos que têm no espaço do mar o fundo comum da sua interconexão significativa e da sua valorização relativa. Tal diversidade de espaços-ilhas parece configurar um sub-género ou uma variação simbólica dos designados *Insulários* ou *Isolários*, espécie de atlas náuticos tardio-medievais, ou reportórios de representações cartográficas e de descrições de ínsuas, de que os mais célebres terão sido o de Bartolomeu dalli Sonetti (1415) e o de Cristóforo de Buondelmonte (1420)³⁶. Géneros específicos do conhecimento geográfico marítimo, estes *Insulários* tomaram por referência o Mediterrâneo, “o primeiro de entre os mares,”³⁷ na expressão de Pedrag Matvejevitch, ou seja o mesmo espaço geográfico associado à matriz clássica da civilização europeia, geradora, ela também, por via de uma tradição cultural e literária anterior à matriz cristã, e com outras determinações ético-metafísicas, das ilhas ideais de felicidade e beatitude. As Ilhas Afortunadas ou dos Bem-Aventurados, o mais remoto vestígio literário da qualidade insular do espaço ideal que consubstancia um dos discerníveis traços do género literário da utopia – o lugar, portanto, morfologicamente mais próximo, do ponto de vista da geografia do fantástico, das imaginadas ilhas utópicas que hão-de constituir-se no cenário eleito para a localização descritiva de modelos de sociedade tidos como aperfeiçoados – têm a sua menção originária em os *Trabalhos e Dias* de Hesíodo (século VIII a.C.). Representam o lugar onde Cronos, o deus supremo da idade de ouro, destronado por seu filho Zeus, se exilou para governar a nobre raça humana dos heróis.³⁸

³⁵ *Ibidem*, p. 91.

³⁶ Acerca dos insulários, v. José Adriano F. de Carvalho, “Os Registos da Memória ou as Ilhas de Papel”, *op. cit.*, p. 172, e também Pedrag Matvejevitch, *Breviário Mediterrânico* (Trad. Pedro Tamen, Lisboa: Quetzal, 1994), p. 162.

³⁷ Pedrag Matvejevitch, *Breviário Mediterrânico*, *op. cit.*, *ibidem*.

³⁸ Na versão de Pedrag Matvejevitch, traduzida em português por Pedro Tamen, estas ilhas são assim descritas por Hesíodo: “Nas ilhas dos bem-aventurados, junto de um profundo turbilhão do oceano, vivem os heróis bem-aventurados, de coração livre de quaisquer cuidados: lá, a terra fértil produz um fruto de mel que amadurece três vezes por ano.” Pedrag Matvejevitch, *Breviário Mediterrânico*, *op. cit.*, p. 204.

Este mesmo tema é retomado na II Ode Olímpica de Píndaro (c.522-443 a. C), o poeta-filósofo da doutrina hermética do orfismo. Aí, são-nos caracterizadas essas ilhas como uma espécie de Paraíso ultraterreno, não propriamente como abrigo dos heróis da guerra que repousariam deleitosamente nos Campos Elísios situados na extremidade da terra, conforme é referido na *Odisseia*, antes como morada reservada aos justos que transcenderam, depois da terceira passagem pela terra, a sua condição de seres reencarnáveis: “Aí sopram as brisas oceânicas / em volta das Ilhas dos Bem-Aventurados. // Brillam flores de ouro, /umas no chão, outras nas árvores resplandcentes. / A água cria outras ainda.” (v.66-75)³⁹. O poeta latino Horácio (65-8 a.C.) congeminou também, na sua *XVI Epode*, uma descrição das ilhas afortunadas, representando-as como o lugar onde vivia uma raça de homens piedosos, protegidos por Júpiter das misérias do mundo, e imunes às consequências da passagem da idade de ouro à idade de bronze.

Mais do que assinalarem a coexistência mais ou menos sistemática de ilhas simbólicas de bem-aventurança heróica ou de ascese espiritual com ilhas de exílio ou de provação, os mapas de cultura tendem a actualizar, na superfície dos seus desenhos e na definição das suas constelações, a actividade simbolizante do imaginário humano no seu mais comum regime de oposição de significados ou de esquematização bipolar de valores. Aos investimentos simbólicos da ilha como microcosmo das qualidades positivas existenciais ou como morada das aspirações da perfectibilidade do ser humano correspondem, como seu inevitável contraponto, quer as representações de valor simetricamente contrário, quer as de suspeita quanto à benignidade duradoura dessas qualidades ou aspirações. Predrag Matvejevitch no seu *Breviário Mediterrânico* dá conta dessa suspeita de uma forma muito bela:

A ideia de ilhas solitárias, que nada de exterior perturba e nas quais podemos assentar uma ordem absoluta inspirou as mais belas utopias. Platão no *Crítias* e no *Timeu* descreve a faustosa Atlântida como «uma ilha santa, banhada de sol, e donde se exalam perfumes..., com templos, palácios reais, portos e estaleiros

³⁹ Píndaro, “II Ode Olímpica”, *Hélade* (Org. e Trad. Helena da Rocha Pereira, Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1982), pp. 83-84.

navais (*Crítias*, 115). Uma ilha assim tinha de ser submersa para nos ensinar como a felicidade é fugaz.⁴⁰

Não surpreenderá assim que a história da literatura dê conta deste movimento inverso, desvalorizador das propensões idealizantes, figuradas, entre outras imagens recorrentes, pelo espaço-ilha, e que a suspeita quanto às suas possibilidades motive a ironia e a irrisão. O mitema das ilhas afortunadas, por exemplo, constituiu-se em objecto de mordaz depreciação na *História Verdadeira* de Luciano de Samósata (125-192). Mais do que uma céptica reacção quanto à real existência ou simbólica representação dessas ilhas, Luciano propõe-se demonstrar *ad absurdum*, as insuficiências metodológicas dos historiadores seus contemporâneos que não abdicavam do recurso à mitologia nas reconstituições do passado.⁴¹ Em contradição com a advertência inicial de que vai, portanto, “dizer coisas que nunca vi nem ouvi e mais ainda, que não existem nem podem existir, pelo que não devem nelas acreditar,” o autor/narrador da *História Verdadeira* apresenta-se como um dos cinquenta protagonistas de uma viagem pelo desconhecido mar atlântico. Recorrendo ao modelo de narração linear das aventuras dos nautas em função da descrição sequencial dos lugares demandados, a *História Verdadeira* consiste, portanto, num relato de um périplo pelo vasto oceano, pontuado pela visitação às mais fantásticas e singulares ilhas, modelo de narração este que, passados sensivelmente oito séculos, haveria de ser adoptado com uma função alegórica cultural, temática

⁴⁰ Pedrag Matvejevitch, *Breviário Mediterrânico*, *op. cit.*, p. 204. A ilha da Atlântida é apresentada em ambos os diálogos platónicos como uma civilização poderosamente magnificente, vinda “dum outro mundo situado no Oceano Atlântico”, e que, após ter sido derrotada por uma confederação de cidades estado gregas lideradas pelo ateniense Sólon, “desapareceu mergulhando no mar”. Platão, “Timeu” *Diálogos IV* (Tradução da versão francesa de Maria Gabriela de Bragança, Mem Martins: Europa-América, s.d), p. 258.

⁴¹ Depois de enumerar um conjunto de autores que recorreram à descrição fantasiosa de lugares remotos ou simplesmente ficcionais, Luciano declara que se admira “que os historiadores tenham pretendido fazer-nos nisso [em contar fábulas] acreditar.” Luciano, *História Verdadeira* (Trad. Ana Moura, sobre a versão francesa e Perrot d’Ablancourt, Lisboa: Editorial Estampa, 1989), p. 18.

e didacticamente sobredeterminada pelos códigos da espiritualidade cristã, na composição da *Navegação de S. Brandão*. Em ambas as narrativas, o mesmo oceano atlântico ocupa, portanto, a mesma função diegética de se constituir num espaço de revelação: no texto de Luciano, deliberada e mordazmente fantasiosa, no texto da *Navegação*, alegórica e didacticamente numinosa.

Na *História Verdadeira*, entre a primeira etapa vencida pelos cinquenta nautas, “uma grande ilha redonda e brilhante suspensa no ar”, nada mais que a lua, e a derradeira com que termina a narração, uma ilha dominada por vorazes mulheres com pés de burro situada num outro oceano “para além de uma ponte de água que ligava a superfície dos dois mares,” isto é, situada no que para o imaginário da antiguidade representava a região simétrica dos antípodas, muitas são as ilhas referenciadas, qual delas a mais fantástica e ironicamente representada como (in)verdadeira. Depois de os nautas terem “vogado pelo espaço,”⁴² onde, ao redor da lua, havia “muitas outras ilhas brilhantes, de grandeza e luz diversas”⁴³, de terem vivido aventuras bélicas, de ferocidade homérica, travadas entre a “ilha” da lua e a do sol, de terem percorrido os céus, de arribarem à “ilha das Candeias,”⁴⁴ “um pouco mais abaixo do Zodíaco,”⁴⁵ de terem descido “vagarosamente no mar,”⁴⁶ de terem sido engolidos por uma baleia no interior da qual se guerreavam ferozes comunidades de habitantes, os “Carcinoquiras,” os “Cinocéfalos,” os “Pagúridas” e os “Psitópodos,”⁴⁷ de se terem libertado da ilha cetáceo, fazendo passar “o nosso barco pelo intervalo dos dentes”⁴⁸, de terem permanecido sucessivamente numa “pequena

⁴² *Ibidem*, p. 20.

⁴³ *Ibidem*, p. 21.

⁴⁴ *Ibidem*, p. 28.

⁴⁵ *Ibidem*, p. 29.

⁴⁶ *Ibidem*, p. 30.

⁴⁷ *Ibidem*, p. 33. Quase todos estes termos são acompanhados por notas de tradução de Perrot D’Ablamcourt – obviamente vertidas para português na versão que consultámos –, que constituem uma demonstração da sua original reflexão sobre a prática da tradução literária, enunciada na carta dedicatória que acompanha a sua versão da *História Verdadeira* de Luciano.

⁴⁸ *Ibidem*, p. 38.

ilha deserta”⁴⁹ e numa “pequena ilha de queijo,”⁵⁰ de terem descoberto várias ilhas de cortiça, os nautas, dizíamos, aportam finalmente à ilha dos “Bem-Aventurados governada por Radamunto.”⁵¹ A enunciação deste lugar segue os cânones de descrição dos lugares idílicos – “as margens encontravam-se cobertas de bosques odoríferos onde se podia ouvir a música dos pássaros em harmonia com a brisa suave. De facto as folhas, agitadas pelo vento brando, produziam um agradável som de flautas”⁵² –, incidindo a inversão irónica pretendida pelo autor na caracterização que faz dos bem-aventurados que aí habitavam. De maneira a ridicularizar a sua bem-aventurança, estes são apresentados como seres simultaneamente etéreos, mas condicionados pelas suas funções físicas – “não possuem corpo e são impalpáveis, sem deixarem de beber e comer”⁵³ – e identificados satiricamente pelos seus traços idiossincráticos. Assim, por exemplo, Esopo “é usado como bobo,”⁵⁴ Diógenes “tornou-se voluptuoso,” os estóicos “ainda sobem à colina, ocupando-se a desbravar o caminho da virtude,” Platão trocara aquela morada pela sua República, onde, de modo solipsista, “vivia de acordo com as leis que ali estabelecera,” recaindo a maior diatribe, que é aliás um traço recorrente da sátira literária⁵⁵, nos académicos, que são exautorados como gente que deliberou “nada poder resolver” e responsáveis por quererem “anular toda a espécie de julgamento e estabelecer a confusão no Universo.”⁵⁶

A dimensão satírica não costuma aliás estar ausente do género literário da utopia, que, muito provavelmente, desde a sua invenção,

⁴⁹ *Ibidem.*

⁵⁰ *Ibidem*, p. 39.

⁵¹ *Ibidem*, p. 40.

⁵² *Ibidem*, p. 39.

⁵³ *Ibidem*, p. 42.

⁵⁴ *Ibidem*, p. 43. As pequenas citações que se seguem são provenientes desta mesma referência bibliográfica.

⁵⁵ Sobre o tópico da ridicularização dos académicos como um dos traços definidores da sátira menipeia, cf. Carter Kaplan, *Critical Synoptic. Menippean Satire and the Analysis of Intellectual Mythology* (London: Associated University Presses, 2000), p. 148 ss.

⁵⁶ Luciano, *História Verdadeira*, *op. cit.*, pp. 43-44.

no início do século XVI, e por razões de ordem estrutural, é a forma narrativa que mais recorrentemente situa o desenvolvimento da sua intriga no espaço da ilha. Género híbrido, a utopia literária é também um género em cuja razão de ser convergem diferentes e até paradoxais veios provenientes: (i) da tradição da cultura político-filosófica, de que é exemplo a *República* de Platão; (ii) do imaginário visionário da espiritualidade cristã, tal como este perpassa na *Navegação de S. Brandão*; (iii) da tradição pastoral-literária dos *locus amoenus*, (iv) mas também pela tradição da sátira jocosa.

Com maior ou menor ênfase, a dimensão satírica opera assim nas utopias literárias com a função crítica de denunciar o sistema de valores dominantes numa dada formação social.⁵⁷ Como também pode nelas operar o sentido lúdico. Este ocorre com alguma frequência no próprio texto fundador do género. É disso um bom exemplo o texto da autoria do poeta utopiano laureado Anemolius, um dos jocosos paratextos que acompanham a primeira edição latina (de 1516) da obra de Thomas More, e no qual a própria ilha da Utopia, falando na primeira pessoa (a chamada figura da prosopopeia), apresenta-se ao leitor e proclama a glória que lhe é devida por ter materializado e transformado em realidade perceptível a qualidade etérea da utopia, essa outra designação pela qual era conhecida a cidade ideal mas irreal de Platão. O sentido do poema é apologético e de auto-glorificação, mas há nele um tom ambíguo entre o irónico e o jocoso:

⁵⁷ Sucede isso, por exemplo, numa famosa passagem do texto de Thomas More, quando Rafael Hitlodeu (utilizamos a onomástica portuguesa), o presumível descobridor da ilha da Utopia, para censurar os custos sociais resultantes da transferência da propriedade fundiária dos pequenos proprietários para os grandes senhores visando a criação de grandes cercados de pastagens para ovelhas, afirma, num debate aceso com um representante da ordem jurídica que legitimava a aplicação severa da lei inglesa, que havia um factor peculiar na Inglaterra que explicava o aumento exponencial da prática do roubo. Este dever-se-ia ao facto de as ovelhas terem-se tornado em comedores de homens, uma forma satírica de dizer que a criação intensiva daqueles animais visando a produção de lã era a causa da ruína de muitos camponeses que teriam ficado privados dos seus meios de subsistência. “These placid creatures, which used to require so little food, have now apparently developed a raging appetite, and turned into men-eaters.” Thomas More, *Utopia* (Trad. Paul Turner, Harmondsworth: Penguin, 1986), p. 46.

Noplacia was once my name, / That is, a place where no one goes. / Plato's Republic now I claim / To match, or beat at its own game; / For that was just a myth in prose, / But what he wrote of, I became, / Of men, wealth, laws a solid frame, / A place where every wise man goes: / Goplacia is now my name.⁵⁸

A ilha que fala não é mais inusitada do que a ilha que navega ou a ilha que voa. Para nos mantermos na literatura de expressão inglesa, e recorrendo a um exemplo clássico do género da utopia permeado pela sátira, lembremo-nos das *Gulliver's Travels* (1726) de Swift, que, seguindo estratégias narrativas dissemelhantes e recorrendo a intensidades e mecanismos de ironia diferentes dos da *Utopia* de More, partilhou da mesma intenção de exautorar as instituições políticas britânicas coevas e de devolver uma imagem caricaturada das paixões dos seus contemporâneos. Lembremo-nos, pois, da viagem de Gulliver à ilha voadora de *Laputa*, da sua forma e do modo como se deslocava: "The Flying or Floating Island is exactly circular. [...] By means of [a] loadstone, the island is made to rise and fall, and move from one place to another."⁵⁹ Na sua caracterização, ela é descrita como movendo-se num raio de acção limitado e como exercendo uma limitada soberania sobre a ilha marítima de Balnibari. Na capital desta, a cidade de *Lagado*, havia uma academia cujos membros prosseguiam o tipo de actividades que Luciano caracterizara como basicamente destituídos de um princípio elementar de razão. Na escola de línguas, por exemplo, desenvolvia-se um projecto visando assegurar a objectividade concreta da comunicação. Para tanto, ela devia processar-se através de *coisas* e não de palavras. "An expedient was therefore offered, that since words are only names for *things*, it would be more convenient for all men to carry about them such *things* as were necessary to express the particular business they are to discourse on."⁶⁰ Este esquema revelava,

⁵⁸ *Ibidem*, p. 27.

⁵⁹ Jonathan Swift, *Gulliver's Travels* (Ed. Peter Dixon and John Chalker. Intr. Michael Foot. Harmondsworth: Penguin, 1985), pp. 209, 211.

⁶⁰ *Ibidem*, p. 230. Não é de excluir a interpretação de que se trata de uma sátira ao conteúdo alegórico da narrativa seiscentista inglesa *New Atlantis*, da autoria do filósofo Francis Bacon. Tida como a utopia ilustrativa do pensamento técnico-científico, a *New Atlantis* situar-se-ia na ilha de Bensalem, no oceano Pacífico.

no entanto, alguns inconvenientes, sobretudo para os mais eruditos que se arrastavam literalmente com o peso das *coisas* às suas costas...

O motivo da ilha dotada de mobilidade não é assim tão incomum na literatura, talvez porque, como ensina Predrag Matvejevitch, na origem da palavra esteja agregado esse valor. “Os etimologistas estabelecem uma relação entre a palavra grega que significa ilha (*nesos*) e o tema indo-europeu que designa «o que navega».”⁶¹ É o que sucede à ilha do *Conto da Ilha Desconhecida* de José Saramago, conto que, sem cerzir um conjunto temático ordenado pelas regras de composição da utopia literária, configura uma parábola fantástica de elevado teor utopizante. Nesta parábola de vários sentidos há, como em todas as parábolas, uma moral de vários sentidos: o de que o sonho utópico com valor positivo é o que obedece à dinâmica e às leis da realidade – “E o céu, estás a esquecer-te do céu, Sim, claro, o céu, Os ventos, As nuvens, O céu, Sim, o céu”⁶² –, não o que se cristaliza em modelos pré-concebidos e já cartografados – “Esta é uma ilha do mapa, gritaram [os homens que nunca haviam sido marinheiros], matar-te-emos se não nos levares lá;”⁶³ o de que a viagem importa mais do que o destino final, o de que o barco em andamento é potencialmente um lugar tão utópico como o da ilha por descobrir ou, reversivelmente, que a ilha feliz por descobrir é o próprio barco em andamento – “As raízes das árvores já estão penetrando no cavername [...]. É uma floresta que navega e se balanceia sobre as ondas, uma floresta onde, sem saber-se como, começaram a cantar pássaros, deviam estar escondidos por aí e de repente decidiram sair à luz;”⁶⁴ o de que a vigília inspirada pelo sonho é o princípio da descoberta da realidade por descobrir – “Depois, mal o sol acabou de nascer, o homem e a mulher foram pintar na proa do barco, de um lado e de outro, em letras brancas, o nome que ainda faltava dar à caravela [Ilha Desconhecida];”⁶⁵ o de que ir à descoberta do novo é reiterar o

⁶¹ Predrag Matvejevitch, *Breviário Mediterrânico*, *op. cit.*, p. 202.

⁶² José Saramago, *O Conto da Ilha Desconhecida* (Lisboa: Assírio e Alvim, 1997), p. 25.

⁶³ *Ibidem*, p. 33.

⁶⁴ *Ibidem*, p. 34.

⁶⁵ *Ibidem*, p. 35

antigo gesto de (se) ir encontrar; – “O capitão do porto disse, Vou dar-te a embarcação que te convém, Qual é ela, É um barco com muita experiência, ainda do tempo em que toda a gente andava à procura de ilhas desconhecidas [...] Parece uma caravela;” o de que o valor utópico da gesta dos descobrimentos portugueses vale pelo sentido utópico da navegação; o de que celebrar literariamente o valor utópico dessa gesta é aludir intertextualmente às imagens simbólicas dos poetas maiores, Camões e Pessoa, “às ilhas [do amor] [que] parece que flutuam sobre as águas”⁶⁶ e “ao homem do leme;”⁶⁷ finalmente, lição maior, o de que o fim da viagem, da navegação, da demanda, da utopia reconduz-se a uma autognose, a um perpétuo movimento conduzido pelo ditame socrático do conhece-te a ti mesmo como condição do conhecimento do mundo da alteridade em nós e do reconhecimento da alteridade exterior a nós ou, como diz “o homem que queria um barco,” “que é necessário sair da ilha para ver a ilha, que não nos vemos se não saímos de nós.”⁶⁸ Por fim só há que tomar a decisão de embarcar e então na caravela sonhada à imagem da ilha edénica: “Pela hora do meio-dia, com a maré, A ilha Desconhecida fez-se enfim ao mar, à procura de si mesma.”⁶⁹

São múltiplas, portanto, as figurações simbólicas que as ilhas podem revestir. Adstritas a mitos cosmogónicos, a concepções cosmológicas, a ensinamentos espirituais, a efabulações satíricas, a modelações utópicas, a alegorias do ser e do conhecer, a formas literárias que tomam a alteridade como objecto de representação, as ilhas reais, na sua quase infinita variedade e dispersão geográfica, podem excitar, entre outras obsessões, a inquietude viajante, o isolamento neurótico, o furor taxinómico. Lawrence Durrell, citado por Predrag Matvejevitich, fala-nos de uma patologia rara, a da “islomania” ou “insulomania”, nos seguintes termos:

Encontrei uma vez, algures entre as notas de Gideon, a descrição das doenças que a ciência médica ainda não classificara; a *islomania*, descrita como um sofrimento espiritual raro e esquecido, estava entre elas. Há pessoas, explicava

⁶⁶ *Ibidem*, p. 24

⁶⁷ *Ibidem*, p. 33.

⁶⁸ *Ibidem*, p. 24.

⁶⁹ *Ibidem*, p. 35.

Gideon, para quem as ilhas são de certa maneira irresistíveis; os conhecimentos que reúnam sobre uma delas, sobre esse pequeno mundo rodeado de água, enche-as de inexcedível embriaguez. Esses *insulómanos* (*islómanos*)-natos, acrescenta, são os descendentes directos dos habitantes da Atlântida e o seu subconsciente deseja ardentemente a vida insular.⁷⁰

O nosso ensaio não pretende ser uma demonstração semiótica-literária dos efeitos da patologia referida, e, por isso, passando ao largo de muitas ilhas literárias com lugar de destaque no extenso oceano da literatura, iremos, para irmos concluindo, desembarcar na ilha (arquipélago) da Madeira – um muito curioso caso de intercepção entre o plano do imaginário e o plano do real.

Pela sua localização num “tenebroso” Atlântico por navegar, a Madeira, ou a ilha que assim viria a ser nomeada, já existia no imaginário medieval antes mesmo de ter sido efectivamente descoberta, em 1420, por Gonçalves Zarco e Tristão Vaz Teixeira. E existia imaginariamente identificada como um lugar edénico, como o prova o facto de dois mapas, um de 1399, atribuído a Angelino Dulcert, e outro, de 1367, aos Pizzigani, a identificarem com a ilha de S. Brandão.⁷¹ Também na sua breve narrativa *O Romance das Ilhas Encantadas*, Jaime Cortesão, ordenando de forma encadeada motivos literários dispersos por contos populares portugueses e recriando o mito associado ao imaginário cristão anti-islamita do encantamento e desencantamento das ilhas atlânticas dos Açores e da Madeira, identificou esta última com a ilha do Paraíso descoberta por S. Brandão. *O Romance* atribui a sua descoberta ao filho mais novo da prole dos Marinheiros, “a quem chamavam o Machico”⁷², o fruto dos amores do fidalgo Dom Froaz com a filha do mar, a ondina D. Marinha: “Era tamanho o esplendor da ilha, a suavidade dos ares e a inocência natural dos bichos, que o Machico se convenceu ter aportado àquele mesmo lugar do Paraíso, a que outrora S. Brandão com os seus monges conseguiu abordar.”⁷³

⁷⁰ Predrag Matvejvitch, *Breviário Mediterrânico*, *op. cit.*, p. 208.

⁷¹ Vitorino Magalhães Godinho, *Mito e Mercadoria, Utopia e Prática de Navegar: Séculos XIII-XVIII*, (Lisboa: Difel, 1990), p. 227.

⁷² Jaime Cortesão, *O Romance das Ilhas Encantadas* (Lisboa: Veja, 1998), p. 39.

⁷³ *Ibidem*, p. 42.

No entanto, a versão mítica sobre a descoberta da Madeira que maior fortuna literária conheceu é a que foi narrada e recriada, desde o século XVI, a partir da lenda dos amores dos ingleses Roberto Machim – (nome que, nesta versão, daria origem ao topónimo Machico) – e Ana d’Arfet. Fugindo Roberto e Ana, que entretanto estava noiva de outro pretendente, de Inglaterra para o continente numa nau, esta viria, “desobrigada de todo o governo,”⁷⁴ a conduzi-los à ilha atlântica ainda por descobrir, onde, depois de um brevíssimo idílio, acabariam ambos – na variante narrada por D. Francisco Manuel de Melo – tragicamente por morrer. As fontes, as versões, os avatares desta história têm sido estudadas e constituem mesmo um interessante e produtivo tópico de estudo literário comparatista.⁷⁵ A descrição que é feita na *Epanáfora Amorosa* da paisagem virgem da ilha, “povoada de bárbaro arvoredo,”⁷⁶ e “nunca até ali pisada de pé humano,”⁷⁷ ao mesmo tempo que reproduz a imagem de um *locus amoenus*, é feita de maneira a reflectir a natureza dos sentimentos e o estado de intensa e cândida felicidade de Roberto Machim e Ana d’Arfet, que, muito efemeramente, vão conhecer o paraíso da morada das suas núpcias. Quando se “passaram à terra” da nau em que vieram, o espaço que se lhes abriu ao olhar foi de revelação:

Iluminava então o Sol os arvoredos; cujos ramos meneados brandamente da matutina viração, mostravam (como por amostra de sua riqueza) diferentes cores, mas todas naturais e concertadas. As águas, igualmente deleitosas aos olhos e ouvidos, enchiam a vista de formosura, a orelha de harmonia. [...] Eminentes os outeiros e profundos os vales, em sua desproporção guardavam arquitectura rigorosa e agradável.⁷⁸

⁷⁴ D. Francisco Manuel de Melo, “Epanáfora Amorosa”, in *Do Imaginário Atlântico ao Atlântico Imaginado*, *op. cit.*, p. 140.

⁷⁵ Vide o estudo incontornável sobre a origem e fortuna literária da lenda dos amores de Robert Machim e Ana d’Arfet da autoria de António Gonçalves Rodrigues, *D. Francisco Manuel de Melo e o Descobrimento da Madeira. A lenda de Machim* (Lisboa: Tipografia Fernandes, 1935), pp. 7-19 e pp. 43-55.

⁷⁶ D. Francisco Manuel de Melo, “Epanáfora Amorosa”, *op. cit.*, p. 140.

⁷⁷ *Ibidem*.

⁷⁸ *Ibidem*.

De “arquitectura rigorosa”, e enchendo “a vista de formosura” é o livro que, a concluir, aqui desejaríamos convocar, pela tripla razão de (i) o seu título, “o mundo, visto da terra, aqui à volta de casa”, ter inspirado, como um análogo para definir o termo ilha, o título deste ensaio; (ii) de o seu autor, o artista plástico, Manuel Zimbro (19442003), se ter radicado na Madeira para continuar a praticar, quiçá em condições ideais associadas ao espaço-refúgio da ilha, “o invisível fogo [que] aquece as quatro estações da vida, [o] que desde já designo por obra de arte: a vida quotidiana,”⁷⁹ (iii) por o seu conteúdo interceptar, de maneira muito subtil, alguns tópicos que viemos mencionando na nossa reflexão sobre a simbólica cultural e a temática literária da ilha. Falamos da derradeira obra de quem entendia o acto criador “como um modo de se integrar no mundo,”⁸⁰ de um livro-oferenda de quem “renunciou a deixar vestígios de si para além dos momentos que construía as suas palavras, com os seus silêncios, com o seu olhar, com as suas mãos que sabiam descobrir coisas na vida mais do que acrescentar coisas à vida,”⁸¹ de um livro-oferenda, dedicado à sua companheira, a artista plástica madeirense Lourdes de Castro quando esta fez setenta anos de idade, e que tem como subtítulo “árvores, arbustos, ervas, flores, frutos, terra, água, céu, setenta anos de afecto universal e alguns bichos.” De um livro que, motivado por uma prova de afecto por uma pessoa, celebra, no modo original como está concebido, o afecto que verdadeiramente conta, o universal, aquele que faz mover a roda da gratidão sem limites. De um livro em forma de *plaque*, combinando imagem e texto, organizado à maneira de um pequeno herbário fotográfico da flora madeirense e em que as legendas realçam a natureza interdependente das formas singulares das plantas ali representadas. De um livro que testemunha também a prioridade absoluta que Manuel Zimbro concedeu à arte de viver em coincidência total com o que considerou ter sido a “pre-ocupação maior da quase

⁷⁹ Manuel Zimbro, “A Sombra da Flecha”, *Lourdes de Castro, Além da Sombra*, (Lisboa: Centro de Arte Moderna, Fundação Calouste Gulbenkian, 1992) p. 16.⁸⁰ João Fernandes, “A quem ainda não conheceu o Manuel”, *o mundo, visto da terra, aqui à volta da casa* (Lisboa: Assírio & Alvim, 2004), s.p.

⁸¹ *Ibidem*.

totalidade da obra de arte dos últimos cinquenta anos: Abolir fronteiras entre a arte e a vida!”⁸²

Neste livro não há, por conseguinte, alusão a ilhas, mas tudo nele revela a presença de uma consciência estética e espiritual apuradíssima que integra muito do que o imaginário insular comporta de oceanicamente ideal: o de mostrar que toda a ilha, na sua irredutível forma única e função própria, só se percebe pelo feitio que lhe confere o mesmo e uno mar que a cada qual e a todas abraça.

Nas quarenta e cinco imagens fotográficas e trinta e seis breves textos, duplicados em tradução inglesa, que integram “o mundo, visto da terra, aqui à volta da casa” o que é dado a ver e a ler é uma sequência ordenada, mas por vezes inesperada, de registos de elementos da natureza, a maior parte deles, extremidades de plantas, de rebentos, de flores, de tubérculos, que, na diversidade da sua frágil contenção ou na sua exuberância de formas, cores e ritmos, exibem – retomando o mesmo princípio de individuação que faz as ilhas sobressaírem de um mar que lhes serve de suporte – a poderosa vontade da natureza se singularizar a partir de uma terra, de uma água, de um céu que lhes é comum. Essa sequência começa e termina com a referência à água. A que, miudinha, cai do céu e dá origem a toda a vida – “Se não chovesse, não havia árvores, plantas... Portanto, que se comece pela água!”⁸³ – e a que “sempre nova”⁸⁴ auxilia L. (ourdes) a aperfeiçoar o “vinco” da roupa que engoma com a compenetração feminina de um gesto diário que pratica com a dignidade de um ritual pleno de atenção à graça do eterno presente. A água é representada nas duas primeiras fotografias espargindo-se sobre manchas muito verdes de árvores e plantas. Nas duas seguintes, e a demonstrar que “mesmo a água que cai do céu, mesmo essa, tem as suas raízes na terra,”⁸⁵ ela é vista nas

⁸² Manuel Zimbro, “A Sombra da Flecha”, *op. cit.*, pp. 16-17.

⁸³ Manuel Zimbro, *o mundo, visto da terra, aqui à volta da casa*, *op. cit.*, 1/ Chuva na Quinta. O livro não tem páginas numeradas, pelo que as identificaremos pela numeração das fotografias na página gémea em que se dá o título das imagens e se apresenta a tradução do texto original em língua inglesa.

⁸⁴ *Ibidem*, 44-45 / «Chapéu de Mondar» e L. Dentro de Casa Num Dia de Chuva.

⁸⁵ *Ibidem*, 2 / Chuva na calçada e Pingos na Roseira.

suas proteicas modulações, respectivamente, a preencher os veios que separam, como uma miríade de ilhas salientes, as pedras negras e húmidas de uma calçada irregular, e com a forma de uma gota que se dilata num pequeno nódulo da extremidade de uma haste de roseira. A fluidez da água mostra assim à evidência a fluidez da vida, que brota com maior ou menor intensidade – “O alecrim à porta de casa terá mais água do que aquele outro plantado longe de casa”⁸⁶ – consoante as condições de que depende, mas sempre determinada pela lei de que “O crescimento de tudo é sustentado e tecido pela íntima ligação de tudo com tudo.”⁸⁷ A fluidez também define o comportamento do vento que ajuda à sementeira – “Quem semeou aquelas plantas que nascem entre as pequeníssimas fendas do cimento e que tanto gostam de lá estar? A mão do vento?”⁸⁸ – e o gesto da mão em deitar a semente à terra – “Mas também as há; as que foram plantadas pelo vento da mão!”⁸⁹ A casa, por sua vez, ocupa o lugar relativamente fixo, a ínsula, a partir da qual se sai à aventura de olhar ao pormenor, mas sem se apegar à beleza do que se oferece à volta, o oceano das múltiplas formas vegetais e minúsculas animais. Da casa se vai e a ela se regressa, consciente de várias coisas: (i) que “Não há repetição. Se alguma vez, alguma coisa aparece, é porque também está a desaparecer. O «entretanto», se é que o há, será colorido pela natureza da eternidade;”⁹⁰ (ii) que a florescência da Traquéia, da Nerine, da Cabrinha e dos Corações, das Cardeais, da Estrelícia e das Espadas, das Maravilhas e das Azáleas, da Malva e da Rosa, do Onagre, da Planta da Seda, do Filodendro e do Foguete, da Magnólia e da Malva, da Planta Gorda, do Ensaião e da Salsaparrilha, e a frutificação das Anonas e do Incenseiro, na sua “continuidade, textura, maleabilidade,”⁹¹ e na espontânea irrupção das suas singulares figuras, manifestam uma “ordem” que nutre a sua eterna efemeridade e que se distende às hortênsias murchas; (iii) que essa “Ordem” não é a da modulação em série desvitalizada, mas “íntima função, arrumo,

⁸⁶ *Ibidem*, 3 / Alecrim.

⁸⁷ *Ibidem*.

⁸⁸ *Ibidem*, 4-5 / Traquéia e Aranhas.

⁸⁹ *Ibidem*.

⁹⁰ *Ibidem*, 8-9 / Cabrinha e Corações.

⁹¹ *Ibidem*, 26-27 / Madressilva e Malva.

totalidade, capacidade de resistência, ligação, plasticidade;”⁹² (iv) que ela comporta, diríamos nós, o rigor que governa a assombrosa regulação da densidade inicial do universo, igual à de um arqueiro capaz de cravar uma flecha num alvo quadrado com um centímetro de lado, colocado a uma distância de quinze mil milhões de anos-luz;⁹³ (v) que esta ordenação assiste a tudo o que é tangível, à controlada actividade dos “penetrantes raios solares [que] bombardeiam em diagonal as camadas da nossa atmosfera até atingirem a parte de baixo dos vasos que estão dependurados a cerca de um metro e sessenta do chão.”⁹⁴

Sem querer contrariar a lição de vida de Manuel Zimbro, que, como lembra João Fernandes, “sempre teve um grande cuidado em não acrescentar a nada mais do que o necessário,”⁹⁵ e atribuir-lhe intenções intertextuais que certamente não estiveram presentes no espírito da composição deste seu livro-oferenda, não podemos deixar de aproximar a forma do seu conteúdo ao género renascentista do emblema, que conjugava o discurso poético e a figuração pictórica com a intenção de ilustrar um ditame de conteúdo filosófico, ético ou didáctico. No livro-oferenda de Manuel Zimbro a Lourdes de Castro, a conjugação de textos de poesia esvaziada de retórica e de filosofia despojada de conceitos vazios de intuição com fotografias da flora e da paisagem das ilhas da Madeira não comportam, no entanto, outra filosofia, outra ética ou outro sentido didáctico senão o que a sábia forma de estar na vida com arte de Manuel Zimbro soube demonstrar com discrição criativa e exigência meditativa, aquela que explica, tendo por imagem a fotografia de uma “planta gorda” em floração, “que o centro de todas as estrelas, terrestres ou celestes, é sempre relativo pois depende da limpeza e sujidade do nosso olhar.”⁹⁶

⁹² *Ibidem*, 24-25 / Filodendro e Foguete.

⁹³ Cf. Matthieu Ricard; Trinh Xuan Thuan, *O Infinito na Palma da Mão: Budismo, Ciência e Salvação*, *op. cit.*, p. 55.

⁹⁴ Manuel Zimbro, *o mundo, visto da terra, aqui à volta da casa*, *op. cit.*, 18-19 / Onagre e Vasos do Redondo.

⁹⁵ João Fernandes, “A quem ainda não conheceu o Manuel”, *o mundo, visto da terra, aqui à volta da casa*, *op. cit.*, s.p.

⁹⁶ Manuel Zimbro, *o mundo, visto da terra, aqui à volta da casa*, *op. cit.*, 30 / Planta Gorda.

É a posição relativa que “as estrelas, terrestres ou celestes” ocupam em função da qualidade “do nosso olhar” que faz, ao fim ao cabo, que o mapa das estrelas, o insulário da vida, e, por essa via, o da literatura, sejam compostos por tão grande quantidade de corpos celestes e espaços-ilha, por situações insulares representativas das mais variadas matizes existenciais. Reais e simbólicas. É de um olhar que se quer limpo que nos parece decorrer o entendimento e o ensinamento maiores deste livro. Que nos diz: o mar/universo que separa aparentemente as ilhas e os corpos celestes também os une profundamente; por isso, a ilha/estrela pode representar não um retiro solipsista, mas uma preparação para uma expansão feita de compreensão e afecto, de razão e compaixão. Livro que, sem querer, nos traz de volta à Meditação 17 das *Devotions upon Emergent Occasions* de John Donne (1572-1631):

No man is an island, entire of itself; every man is a piece of the continent, a part of the main. If a clod be washed away by the sea, Europe is the less, as well as if a promontory were, as well as if a manor of thy friend's or of thine own were. Any man's death diminishes me, because I am involved in mankind; and therefore never send to know for whom the bell tolls; it tolls for thee...⁹⁷

⁹⁷ John Donne, *Devotions upon Emergent Occasions* (New York: W.W. Norton, Norton Anthology of English Literature, 2000. Vol. 1), p. 1278.